
1ª Edição

Cristiele da Silva Anschau
Fabiane Andressa Werlang
Rodrigo de Souza Miranda
Tiago Lopes Kersting
Leandro de Oliveira Dias



SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:

CRISE, SISTEMA E SOLUÇÕES



SÃO PAULO | 2026

1ª Edição

Cristiele da Silva Anschau
Fabiane Andressa Werlang
Rodrigo de Souza Miranda
Tiago Lopes Kersting
Leandro de Oliveira Dias



SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:

CRISE, SISTEMA E SOLUÇÕES



SÃO PAULO | 2026

1.^a edição

Autores

Cristiele da Silva Anschau

Fabiane Andressa Werlang

Rodrigo de Souza Miranda

Tiago Lopes Kersting

Leandro de Oliveira Dias

**SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CRISE,
SISTEMA E SOLUÇÕES**

ISBN 978-65-6054-358-4



**SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CRISE,
SISTEMA E SOLUÇÕES**

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2026

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S454 Segurança pública no Brasil [livro eletrônico] : crise, sistema e soluções / Cristiele da Silva Anschau... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo, SP: Editora Arché, 2026.
78 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-358-4

1. Segurança pública – Brasil. 2. Criminalidade – Violência urbana. 3. Políticas públicas – Sistema de justiça criminal. 4. Prevenção – Crime organizado. I. Anschau, Cristiele da Silva. II. Werlang, Fabiane Andressa. III. Miranda, Rodrigo de Souza. IV. Kersting, Tiago Lopes. V. Dias, Leandro de Oliveira.

CDD 363.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE cancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright* © 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista e José Rafael Santos da Silva.

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos,

Ilustrações: José Rafael Santos da Silva, Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista.

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos, José Rafael Santos da Silva e Talita Tainá Pereira Batista.

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORIA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutornada Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiraniize Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Universidad del Sol (UNADES)

Doutor. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. Maria V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

RESUMO

O presente trabalho analisa a segurança pública no Brasil a partir de uma abordagem estrutural, destacando os principais fatores que contribuem para a atual crise no setor, bem como os desafios e possíveis soluções para sua superação. A pesquisa parte da compreensão de que a violência no país não é um fenômeno isolado, mas resultado de um conjunto de elementos interdependentes que envolvem desigualdade social, exclusão, fragilidade institucional e limitações na formulação e execução de políticas públicas.

Inicialmente, discute-se a evolução da criminalidade e a consolidação de um cenário marcado por altos índices de violência, evidenciando a incapacidade do modelo tradicional, predominantemente repressivo, de oferecer respostas eficazes e duradouras. Em seguida, analisa-se a estrutura do sistema de segurança pública brasileiro, com base na Constituição Federal de 1988, destacando a fragmentação institucional, a ausência de integração entre os órgãos e os impactos dessa desarticulação na eficiência das ações estatais.

O estudo também aborda as principais causas da criminalidade, com ênfase na desigualdade social, nas falhas do sistema educacional, na urbanização desordenada e na expansão do crime organizado,

especialmente no que se refere ao tráfico de drogas. Ademais, são examinadas as falhas do sistema de justiça criminal e do sistema penitenciário, evidenciando a morosidade processual, a sensação de impunidade e a ineficácia das políticas de ressocialização.

Por fim, o trabalho propõe caminhos para a superação da crise, defendendo a adoção de um modelo de segurança pública integrado, baseado em evidências e orientado por inteligência estratégica. Destaca-se a importância de políticas públicas intersetoriais, investimentos em prevenção, valorização dos profissionais de segurança e incorporação de tecnologias como elementos fundamentais para a construção de um sistema mais eficiente e sustentável.

Conclui-se que a superação da crise da segurança pública no Brasil depende de uma transformação estrutural, que vá além do combate imediato ao crime e atue diretamente sobre suas causas, promovendo inclusão social, fortalecimento institucional e garantia de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Segurança pública. Criminalidade. Violência urbana. Políticas públicas. Sistema de justiça criminal. Prevenção. Crime organizado

ABSTRACT

This study analyzes public security in Brazil from a structural perspective, highlighting the main factors contributing to the current crisis in the sector, as well as the challenges and possible solutions for overcoming it. The research is based on the understanding that violence in the country is not an isolated phenomenon, but rather the result of a set of interdependent elements involving social inequality, exclusion, institutional fragility, and limitations in the formulation and implementation of public policies.

Initially, the evolution of criminality and the consolidation of a scenario marked by high levels of violence are discussed, demonstrating the inability of the traditional model, predominantly repressive, to provide effective and lasting responses. Subsequently, the structure of the Brazilian public security system is analyzed, based on the Federal Constitution of 1988, highlighting institutional fragmentation, the lack of integration among agencies, and the impacts of this disarticulation on the efficiency of state actions.

The study also addresses the main causes of criminality, with emphasis on social inequality, failures in the educational system, disordered urbanization, and the expansion of organized crime, especially regarding

drug trafficking. Furthermore, the shortcomings of the criminal justice system and the penitentiary system are examined, revealing procedural delays, the perception of impunity, and the ineffectiveness of resocialization policies.

Finally, the study proposes pathways to overcome the crisis, advocating for the adoption of an integrated public security model based on evidence and guided by strategic intelligence. It highlights the importance of intersectoral public policies, investments in prevention, the valorization of security professionals, and the incorporation of technologies as fundamental elements for building a more efficient and sustainable system.

It is concluded that overcoming the public security crisis in Brazil depends on a structural transformation that goes beyond the immediate fight against crime and directly addresses its root causes, promoting social inclusion, institutional strengthening, and the guarantee of fundamental rights.

Keywords: Public security. Criminality. Urban violence. Public policies. Criminal justice system. Prevention. Organized crime.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la seguridad pública en Brasil desde un enfoque estructural, destacando los principales factores que contribuyen a la actual crisis en el sector, así como los desafíos y las posibles soluciones para su superación. La investigación parte de la comprensión de que la violencia en el país no es un fenómeno aislado, sino el resultado de un conjunto de elementos interdependientes que involucran desigualdad social, exclusión, fragilidad institucional y limitaciones en la formulación y ejecución de políticas públicas.

Inicialmente, se discute la evolución de la criminalidad y la consolidación de un escenario marcado por altos índices de violencia, evidenciando la incapacidad del modelo tradicional, predominantemente represivo, para ofrecer respuestas eficaces y duraderas. A continuación, se analiza la estructura del sistema de seguridad pública brasileño, con base en la Constitución Federal de 1988, destacando la fragmentación institucional, la falta de integración entre los organismos y los impactos de esta desarticulación en la eficiencia de las acciones estatales.

El estudio también aborda las principales causas de la criminalidad, con énfasis en la desigualdad social, las fallas del sistema educativo, la urbanización desordenada y la expansión del crimen organizado,

especialmente en lo que respecta al tráfico de drogas. Asimismo, se examinan las deficiencias del sistema de justicia penal y del sistema penitenciario, evidenciando la lentitud procesal, la percepción de impunidad y la ineficacia de las políticas de reinserción social.

Por último, el trabajo propone caminos para superar la crisis, defendiendo la adopción de un modelo de seguridad pública integrado, basado en evidencia y orientado por inteligencia estratégica. Se destaca la importancia de políticas públicas intersectoriales, inversiones en prevención, la valorización de los profesionales de la seguridad y la incorporación de tecnologías como elementos fundamentales para la construcción de un sistema más eficiente y sostenible.

Se concluye que la superación de la crisis de la seguridad pública en Brasil depende de una transformación estructural que vaya más allá del combate inmediato al crimen y actúe directamente sobre sus causas, promoviendo la inclusión social, el fortalecimiento institucional y la garantía de los derechos fundamentales.

Palabras clave: Seguridad pública. Criminalidad. Violencia urbana. Políticas públicas. Sistema de justicia penal. Prevención. Crimen organizado.

APRESENTAÇÃO

A segurança pública no Brasil deixou de ser apenas uma função estatal para se tornar uma das maiores preocupações sociais da atualidade. Mais do que números estatísticos ou políticas institucionais, trata-se de um fenômeno que atravessa o cotidiano da população, molda comportamentos, redefine espaços urbanos e influencia diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. O medo, antes restrito a determinadas regiões ou contextos específicos, passou a integrar a rotina de milhões de brasileiros, transformando a liberdade em um privilégio e a segurança em uma incerteza constante.

Ao longo das últimas décadas, o país consolidou um cenário marcado por altos índices de violência, expansão do crime organizado e fragilidade institucional. Ainda que o Brasil possua uma das maiores estruturas de segurança pública do mundo, composta por diferentes forças policiais, sistemas de justiça e órgãos de controle, os resultados apresentados estão aquém das expectativas sociais. Essa contradição revela um ponto central: o problema da segurança pública no Brasil não está apenas na ausência de mecanismos, mas na forma como esses mecanismos são organizados, executados e integrados.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 144, que a

segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Essa definição amplia o entendimento tradicional de segurança, deslocando-a de uma visão exclusivamente repressiva para um modelo que envolve participação social, políticas públicas e garantia de direitos fundamentais. No entanto, na prática, o que se observa é a predominância de ações voltadas ao enfrentamento imediato da criminalidade, em detrimento de estratégias preventivas e estruturais.

A crise da segurança pública brasileira não pode ser compreendida de maneira isolada. Ela está diretamente relacionada a fatores históricos, sociais, econômicos e culturais que, ao longo do tempo, contribuíram para a construção de um ambiente propício à violência. A desigualdade social, a exclusão de parcelas significativas da população, a ausência de políticas públicas eficazes e o enfraquecimento de instituições fundamentais criaram um cenário em que o crime encontra espaço para se desenvolver e se fortalecer.

Nesse contexto, o crescimento do crime organizado representa um dos maiores desafios contemporâneos. Facções criminosas expandiram sua atuação para além dos grandes centros urbanos, estabelecendo redes complexas que envolvem tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e controle territorial. Em muitas regiões, essas organizações passaram a

exercer funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado, impondo regras, mediando conflitos e influenciando diretamente a vida da população local.

Outro elemento relevante é a crise do sistema penitenciário, que deixou de cumprir sua função de ressocialização para se tornar um ambiente de fortalecimento do crime. Superlotação, condições precárias e ausência de políticas efetivas de reintegração social contribuem para altos índices de reincidência, perpetuando o ciclo da violência e evidenciando a ineficiência do modelo atual.

Além disso, a atuação policial, frequentemente centrada em ações reativas, evidencia a falta de integração entre as instituições responsáveis pela segurança pública. A ausência de comunicação eficiente, a sobreposição de competências e a carência de investimentos em inteligência dificultam o enfrentamento de organizações criminosas cada vez mais estruturadas e tecnológicas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a segurança pública no Brasil enfrenta uma crise que vai além do combate direto ao crime. Trata-se de uma crise sistêmica, que envolve falhas na gestão, na formulação de políticas públicas e na articulação entre os diferentes atores responsáveis pela garantia da ordem e da segurança.

Este livro tem como objetivo analisar de forma aprofundada essa realidade, buscando compreender as origens da crise, a estrutura do sistema de segurança pública brasileiro, os fatores que contribuem para a criminalidade, as principais falhas institucionais e, sobretudo, as possíveis soluções para a construção de um modelo mais eficiente e sustentável.

Mais do que apresentar diagnósticos, esta obra propõe uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e da sociedade na construção de um ambiente seguro. A segurança pública não pode ser tratada apenas como uma resposta ao crime, mas como um processo contínuo que envolve prevenção, educação, inclusão social e fortalecimento institucional.

Ao longo dos próximos capítulos, serão explorados os elementos que sustentam a atual crise, bem como os caminhos possíveis para sua superação. A proposta é oferecer uma análise clara, fundamentada e acessível, capaz de contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Compreender a segurança pública no Brasil é, acima de tudo, compreender o próprio funcionamento da sociedade brasileira. E enquanto essa compreensão não for acompanhada de mudanças estruturais, o país continuará enfrentando os mesmos desafios, repetindo

ciclos de violência e mantendo uma realidade que, há muito tempo, deixou de ser exceção para se tornar regra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01.....	22
A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	
CAPÍTULO 02.....	30
ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	
CAPÍTULO 03.....	39
CAUSAS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL	
CAPÍTULO 04.....	46
FALHAS DO SISTEMA E DESAFIOS ATUAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	
CAPÍTULO 05.....	55
SOLUÇÕES E CAMINHOS PARA O FUTURO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	71
ÍNDICE REMISSIVO	74

CAPÍTULO 01

A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

1.1 Contextualização Histórica da Violência no Brasil

A crise da segurança pública no Brasil não pode ser compreendida como um fenômeno recente ou isolado, mas sim como resultado de um processo histórico marcado por desigualdades estruturais, exclusão social e fragilidade institucional. Desde o período colonial, a organização social brasileira foi construída sobre bases profundamente desiguais, o que contribuiu para a formação de um ambiente propício à violência.

Nesse sentido, Sérgio Adorno destaca: “O crescimento da violência nas cidades brasileiras está diretamente associado às desigualdades sociais e à fragilidade das instituições públicas” (Adorno, 2002, p. 89).

Essa perspectiva evidencia que a violência não é um fenômeno meramente individual, mas estrutural, sendo resultado de processos históricos de exclusão e marginalização.

Ao longo do século XX, especialmente com o processo de urbanização acelerada, houve um crescimento significativo das cidades

brasileiras sem o devido planejamento urbano e social. Esse fenômeno resultou na expansão de áreas periféricas marcadas pela ausência do Estado, onde a precariedade de serviços públicos e a falta de oportunidades favoreceram o aumento da criminalidade. Conforme aponta Cano (2006), a violência urbana no Brasil está diretamente relacionada às transformações sociais e espaciais ocorridas nas últimas décadas, evidenciando a conexão entre desigualdade e criminalidade.

Nesse contexto, a segurança pública passou a ocupar posição central no debate político e social, sendo reconhecida como um dos principais desafios enfrentados pelo Estado brasileiro. No entanto, as respostas institucionais historicamente adotadas demonstram limitações significativas, sobretudo pela predominância de abordagens repressivas em detrimento de estratégias preventivas.

1.2 Evolução dos Índices de Criminalidade e Violência

A análise dos índices de criminalidade no Brasil revela um cenário persistente de altos níveis de violência, especialmente no que se refere aos crimes contra a vida. O país apresenta, historicamente, taxas elevadas de homicídios, posicionando-se entre os mais violentos do mundo em números absolutos. De acordo com o Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (2023), o Brasil registra anualmente dezenas de milhares de mortes violentas intencionais, evidenciando a gravidade do problema.

Esses dados não apenas refletem a dimensão da violência, mas também revelam sua distribuição desigual. A criminalidade se concentra, de forma mais intensa, em regiões periféricas e em áreas com baixos indicadores socioeconômicos, atingindo principalmente jovens, negros e moradores de comunidades vulneráveis. Essa seletividade da violência evidencia a existência de padrões estruturais que vão além da simples ocorrência de crimes, indicando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre suas causas.

Além dos homicídios, outros tipos de crimes, como roubos, furtos e violência doméstica, também apresentam índices elevados, contribuindo para a sensação generalizada de insegurança. Saporì (2012) destaca que a persistência desses índices demonstra a incapacidade do modelo atual de segurança pública em reduzir de forma consistente os níveis de criminalidade.

1.3 A Sensação de Insegurança e seus Impactos Sociais

A crise da segurança pública não se limita aos dados estatísticos,

mas se manifesta de forma concreta na percepção da população. A sensação de insegurança tornou-se um elemento constante na vida cotidiana dos brasileiros, influenciando comportamentos e restringindo o uso dos espaços urbanos.

De acordo com Luiz Eduardo Soares: “A segurança pública no Brasil tem sido historicamente tratada como uma questão exclusivamente policial, negligenciando suas dimensões sociais e estruturais” (Soares, 2006, p. 15).

Isso demonstra que o medo da violência está diretamente relacionado à forma como o Estado responde — ou falha em responder — às demandas sociais.

O medo da violência leva à adoção de estratégias individuais de proteção, como o uso de sistemas de segurança privada, o isolamento em condomínios fechados e a redução da interação social em determinados espaços. Esse fenômeno contribui para o aumento da segregação urbana e para o enfraquecimento do convívio comunitário, aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais segura.

Segundo Soares (2006), a insegurança não é apenas uma consequência da criminalidade, mas também um fator que intensifica

desigualdades sociais, uma vez que diferentes grupos possuem níveis distintos de acesso a mecanismos de proteção. Enquanto parcelas mais favorecidas da população conseguem investir em segurança privada, os grupos mais vulneráveis permanecem expostos à violência cotidiana.

1.4 Expansão do Crime Organizado e Controle Territorial

O crescimento do crime organizado representa um dos maiores desafios contemporâneos da segurança pública brasileira. Essas organizações operam de forma estruturada e ampliam sua influência em territórios onde o Estado é ausente.

Segundo Michel Misse: “O crime no Brasil não pode ser compreendido apenas como desvio individual, mas como parte de mercados ilegais estruturados” (Misse, 2008, p. 14). Isso evidencia que o crime organizado não é apenas um problema policial, mas um fenômeno econômico e social complexo.

Um dos elementos mais relevantes da crise da segurança pública no Brasil é a expansão do crime organizado. Nas últimas décadas, organizações criminosas passaram a atuar de forma estruturada, ampliando sua influência em diferentes regiões do país e consolidando redes complexas de atuação.

Essas organizações não se limitam ao tráfico de drogas, mas atuam em diversas atividades ilícitas, como comércio ilegal de armas, extorsão, lavagem

de dinheiro e controle de territórios. Em muitas comunidades, o crime organizado assume funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado, estabelecendo regras, mediando conflitos e exercendo controle sobre a população local.

Misse (2011) destaca que o crescimento do crime organizado no Brasil está diretamente relacionado à ausência do Estado em determinadas regiões e à fragilidade das instituições responsáveis pela segurança pública. Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias mais eficazes de enfrentamento, baseadas em inteligência e integração institucional.

1.5 Limitações do Modelo Tradicional de Segurança Pública

O modelo tradicional de segurança pública no Brasil, historicamente centrado na repressão ao crime, apresenta limitações significativas diante da complexidade do cenário atual. A atuação predominantemente reativa das forças de segurança, focada no enfrentamento imediato da criminalidade, não tem sido suficiente para reduzir os índices de violência de forma sustentável.

A priorização de ações ostensivas, muitas vezes desvinculadas de estratégias de longo prazo, contribui para a manutenção de ciclos de criminalidade, sem atacar suas causas estruturais. Além disso, a falta de

integração entre as instituições de segurança pública compromete a eficiência das ações e dificulta o enfrentamento de organizações criminosas cada vez mais sofisticadas.

Soares (2015) argumenta que o modelo de segurança pública brasileiro precisa ser reformulado, incorporando abordagens preventivas, baseadas em evidências e orientadas por inteligência. Essa mudança de paradigma é fundamental para a construção de um sistema mais eficiente e capaz de responder às demandas contemporâneas.

1.6 A Crise como Fenômeno Estrutural

Diante dos elementos apresentados, torna-se evidente que a crise da segurança pública no Brasil deve ser compreendida como um fenômeno estrutural, que envolve múltiplas dimensões e não pode ser reduzido a uma única causa. A violência no país é resultado de uma combinação de fatores históricos, sociais, econômicos e institucionais que, ao longo do tempo, contribuíram para a formação de um cenário complexo e desafiador.

A superação dessa crise exige a adoção de uma abordagem integrada, capaz de articular diferentes políticas públicas e promover ações coordenadas entre os diversos atores envolvidos. Mais do que enfrentar o crime, é necessário enfrentar as condições que o tornam possível, atuando sobre suas causas e promovendo a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

CAPÍTULO 02

ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

2.1 Fundamentos Constitucionais da Segurança Pública

A estrutura da segurança pública no Brasil encontra seu fundamento jurídico na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Essa definição amplia o conceito tradicional de segurança, deslocando-o de uma perspectiva exclusivamente repressiva para uma abordagem que envolve participação social, garantia de direitos e atuação integrada das instituições.

A Constituição também delimita os órgãos responsáveis pela execução da segurança pública, estabelecendo uma divisão funcional entre as diferentes instituições. Entre esses órgãos destacam-se a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares e as Guardas Municipais. Essa organização busca, em tese, promover eficiência por meio da especialização das funções.

No entanto, conforme destaca Costa (2023), a simples previsão constitucional de competências não garante a efetividade do sistema,

sendo necessária a existência de mecanismos de coordenação e integração capazes de articular a atuação desses órgãos de forma estratégica. A ausência desses mecanismos constitui um dos principais desafios da segurança pública no país.

2.2 Organização Institucional e Divisão de Competências

O sistema de segurança pública brasileiro é caracterizado por uma estrutura descentralizada, na qual as responsabilidades são distribuídas entre União, estados e municípios. No âmbito federal, a Polícia Federal exerce funções investigativas relacionadas a crimes de maior complexidade, especialmente aqueles de caráter interestadual e internacional, como tráfico de drogas, corrupção e crimes financeiros.

Já a Polícia Rodoviária Federal atua no policiamento ostensivo das rodovias federais, contribuindo para a prevenção de crimes e fiscalização do trânsito. No nível estadual, a divisão entre Polícia Civil e Polícia Militar constitui uma das principais características do modelo brasileiro. A Polícia Civil é responsável pela investigação criminal, enquanto a Polícia Militar exerce o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Essa separação entre funções investigativas e ostensivas, embora tenha como objetivo promover especialização, gera desafios operacionais significativos. Segundo Saporì (2012), a fragmentação das atividades policiais

dificulta a integração das ações, comprometendo a eficiência do sistema como um todo.

No âmbito municipal, as Guardas Municipais desempenham papel complementar, atuando principalmente na proteção de bens públicos e, em alguns casos, na segurança urbana. Contudo, sua atuação ainda é limitada e varia significativamente entre os municípios, refletindo desigualdades estruturais na capacidade administrativa e financeira das cidades.

2.3 Fragmentação do Sistema e Ausência de Integração

A fragmentação institucional constitui um dos principais entraves à eficiência do sistema de segurança pública no Brasil. A divisão de competências entre diferentes órgãos compromete a articulação estratégica e a eficácia das ações.

Nesse contexto, Soares afirma: “A ausência de integração entre as instituições de segurança pública compromete a capacidade do Estado de responder de forma eficiente à criminalidade” (Soares, 2015, p. 48).

Um dos principais problemas da estrutura da segurança pública no Brasil é a fragmentação institucional. A divisão de competências entre diferentes órgãos e níveis de governo, aliada à autonomia administrativa de cada ente federativo, resulta em um sistema que opera de forma

desarticulada.

Essa fragmentação dificulta o compartilhamento de informações, a execução de operações conjuntas e a construção de estratégias integradas de enfrentamento à criminalidade. Em muitos casos, as instituições atuam de forma isolada, sem coordenação efetiva, o que reduz significativamente a capacidade de resposta do Estado.

De acordo com Costa (2023), a ausência de governança integrada impede a construção de políticas públicas consistentes, dificultando o enfrentamento de organizações criminosas que operam de maneira articulada e estratégica. Essa realidade evidencia a necessidade de um modelo baseado na cooperação interinstitucional e no compartilhamento de dados.

2.4 Deficiências na Gestão e Planejamento Estratégico

A gestão da segurança pública no Brasil enfrenta desafios relacionados à falta de planejamento de longo prazo e à descontinuidade das políticas públicas. Mudanças de governo frequentemente implicam alterações nas diretrizes de segurança, resultando na interrupção de programas e na perda de investimentos já realizados.

Essa instabilidade compromete a construção de uma política de

Estado consistente, dificultando a implementação de estratégias sustentáveis. Além disso, a ausência de indicadores claros de desempenho e de mecanismos de avaliação contínua limita a capacidade de mensurar a eficácia das ações adotadas.

Segundo Szabó (2018), a segurança pública no Brasil ainda carece de uma abordagem baseada em evidências, sendo fundamental a utilização de dados e análises para orientar a formulação de políticas e a alocação de recursos.

2.5 Desigualdade Regional e Distribuição de Recursos

Outro aspecto relevante da estrutura da segurança pública no Brasil é a desigualdade na distribuição de recursos entre os estados. Enquanto algumas unidades da federação dispõem de maior capacidade de investimento em tecnologia, infraestrutura e recursos humanos, outras enfrentam limitações significativas que comprometem a qualidade dos serviços prestados.

Essa desigualdade resulta em diferentes níveis de eficiência na atuação das forças de segurança, ampliando as disparidades regionais e dificultando a implementação de políticas nacionais padronizadas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), essas

diferenças impactam diretamente nos índices de criminalidade e na capacidade de resposta das instituições.

Além disso, a falta de padronização nos procedimentos operacionais e na formação dos profissionais contribui para a fragmentação do sistema, dificultando a cooperação entre as diferentes forças de segurança.

2.6 Limitações Tecnológicas e Necessidade de Modernização

A modernização tecnológica é um dos principais desafios da segurança pública no Brasil. Embora tenham sido realizados avanços nos últimos anos, como a criação de sistemas de informação e bases de dados compartilhadas, ainda existem limitações significativas no uso de tecnologia pelas instituições.

A ausência de sistemas integrados de inteligência dificulta a análise de dados e a identificação de padrões criminais, comprometendo a atuação preventiva do Estado. Além disso, a falta de investimentos contínuos em inovação tecnológica limita a capacidade de enfrentar novas modalidades de crime, especialmente aquelas relacionadas ao ambiente digital.

Szabó (2018) destaca que a incorporação de tecnologia e a adoção

de uma abordagem baseada em dados são fundamentais para a construção de um sistema de segurança pública mais eficiente e adaptado às demandas contemporâneas.

2.7 A Necessidade de um Novo Modelo Estrutural

Diante das limitações apresentadas, torna-se evidente que a estrutura atual da segurança pública no Brasil necessita de reformulação. A construção de um modelo mais eficiente depende da superação da fragmentação institucional, do fortalecimento da governança e da adoção de estratégias integradas.

A integração entre os diferentes órgãos de segurança pública, aliada ao uso de inteligência e tecnologia, constitui um dos principais caminhos para o fortalecimento do sistema. Além disso, é fundamental a construção de políticas públicas de longo prazo, capazes de garantir continuidade e estabilidade nas ações desenvolvidas.

Conforme aponta Soares (2015), a transformação da segurança pública no Brasil exige não apenas mudanças institucionais, mas também uma redefinição do papel do Estado e da sociedade na construção de um ambiente seguro. Essa mudança de paradigma é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir maior eficiência na atuação das

instituições.

CAPÍTULO 03

CAUSAS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL

CAUSAS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL

3.1 Desigualdade Social e Exclusão Estrutural

A desigualdade social configura-se como um dos principais fatores estruturais da criminalidade no Brasil. A concentração de renda e a exclusão social criam ambientes propícios ao desenvolvimento de práticas ilícitas.

Nesse sentido, Loïc Wacquant afirma: “A expansão do sistema penal está diretamente ligada à marginalização social e ao enfraquecimento das políticas de bem-estar” (Wacquant, 2001, p. 78).

A criminalidade no Brasil não pode ser compreendida de forma isolada, desvinculada do contexto social em que está inserida. Entre os principais fatores que contribuem para o aumento da violência, destaca-se a desigualdade social, considerada um dos elementos estruturais mais relevantes na formação de ambientes propícios à criminalidade. O Brasil figura historicamente entre os países com maior concentração de renda do mundo, o que resulta em profundas disparidades no acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e oportunidades de trabalho.

A exclusão social cria um cenário de vulnerabilidade no qual parcelas significativas da população são privadas de condições mínimas de desenvolvimento. Nesse contexto, a criminalidade surge, muitas vezes, como uma alternativa diante da ausência de perspectivas. Como destaca Saporì (2012), a violência urbana no Brasil está diretamente relacionada à incapacidade do Estado em promover inclusão social e reduzir desigualdades históricas.

Além disso, a segregação espacial contribui para a formação de territórios marcados pela ausência do poder público, onde a presença estatal é limitada e, em muitos casos, substituída por organizações criminosas. Nessas regiões, o crime não apenas se desenvolve, mas se estrutura como uma forma de organização social paralela, exercendo controle sobre a população local.

3.2 Falhas no Sistema Educacional e Falta de Oportunidades

A educação desempenha um papel fundamental na prevenção da criminalidade, sendo um dos principais instrumentos de transformação social. No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia, especialmente nas regiões mais vulneráveis. A evasão escolar, a baixa qualidade do ensino e a falta

de acesso a oportunidades educacionais ampliam o risco de envolvimento com atividades ilícitas.

A ausência de políticas públicas voltadas para a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho agrava ainda mais esse cenário. Jovens que não encontram oportunidades legítimas de ascensão social tornam-se mais suscetíveis à influência do crime organizado, que frequentemente oferece ganhos financeiros rápidos e reconhecimento social dentro de determinados contextos.

Segundo Soares (2006), a criminalidade juvenil no Brasil está profundamente associada à falta de perspectivas e à exclusão social, evidenciando a necessidade de políticas públicas que atuem de forma preventiva, promovendo educação de qualidade e inclusão econômica.

3.3 Expansão do Tráfico de Drogas e do Crime Organizado

O tráfico de drogas representa um dos principais motores da criminalidade no Brasil, sendo responsável pela articulação de redes criminosas altamente estruturadas. Nas últimas décadas, o país deixou de ser apenas uma rota de passagem para se tornar também um importante mercado consumidor, o que contribuiu para o fortalecimento de organizações criminosas.

Essas organizações operam com alto grau de organização, hierarquia definida e estratégias sofisticadas, utilizando tecnologias e redes de comunicação para expandir suas atividades. Além do tráfico de drogas, atuam em outras frentes, como comércio ilegal de armas, extorsão e lavagem de dinheiro, ampliando sua influência econômica e territorial.

De acordo com Misse (2011), o crescimento do crime organizado no Brasil está diretamente relacionado à ausência de controle estatal em determinados territórios e à fragilidade das instituições responsáveis pela segurança pública. Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias integradas que envolvam inteligência, cooperação interinstitucional e políticas públicas de prevenção.

3.4 Urbanização Desordenada e Fragilidade do Estado

O processo de urbanização acelerada no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, ocorreu de forma desordenada, sem o devido planejamento urbano e social. Esse crescimento resultou na formação de áreas periféricas marcadas pela ausência de infraestrutura básica, serviços públicos e presença efetiva do Estado.

A falta de planejamento urbano contribui para o surgimento de

ambientes propícios à criminalidade, onde a ausência de iluminação adequada, espaços públicos organizados e mecanismos de controle social favorece a atuação de grupos criminosos. Além disso, a precariedade das condições de vida nessas regiões intensifica conflitos sociais e amplia a vulnerabilidade da população.

Segundo Cano (2006), a violência urbana está diretamente relacionada às condições socioespaciais em que a população está inserida, sendo fundamental a implementação de políticas urbanas que promovam inclusão e melhoria da qualidade de vida.

3.5 Cultura da Violência e Fragilidade Institucional

A criminalidade no Brasil também está associada a fatores culturais e institucionais que contribuem para a perpetuação da violência. A naturalização de comportamentos violentos, a banalização do crime e a descrença nas instituições públicas criam um ambiente em que a violência se torna um meio recorrente de resolução de conflitos.

A fragilidade das instituições, especialmente no que diz respeito à aplicação da lei e à garantia de justiça, reforça a sensação de impunidade. Quando o sistema de justiça não responde de forma eficiente, a confiança da população é abalada, e o respeito às normas

legais tende a diminuir.

Conforme destaca Soares (2015), a crise da segurança pública no Brasil está profundamente ligada à incapacidade do Estado de garantir direitos e impor limites à violência, evidenciando a necessidade de fortalecimento institucional e reconstrução da confiança social.

CAPÍTULO 04

FALHAS DO SISTEMA E DESAFIOS ATUAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

FALHAS DO SISTEMA E DESAFIOS ATUAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

4.1 Fragmentação Institucional e Ausência de Integração Sistêmica

A estrutura da segurança pública no Brasil, embora formalmente consolidada pela Constituição Federal de 1988, apresenta uma característica que compromete significativamente sua efetividade: a fragmentação institucional. A divisão de competências entre União, estados e municípios, aliada à autonomia administrativa de cada ente federativo, resultou na construção de um sistema descentralizado que, na prática, carece de integração e coordenação estratégica.

Essa fragmentação se manifesta na dificuldade de compartilhamento de informações, na ausência de protocolos operacionais unificados e na limitada cooperação entre as diferentes forças de segurança. A inexistência de um sistema plenamente integrado de inteligência impede a construção de diagnósticos precisos e a execução de ações coordenadas, o que fragiliza a capacidade do Estado de enfrentar organizações criminosas que operam de forma articulada e transnacional.

Segundo Costa (2023), a governança da segurança pública no

Brasil ainda se encontra em um estágio incipiente, marcado por baixa capacidade de coordenação interinstitucional e ausência de mecanismos eficazes de articulação entre os diferentes níveis de governo. Essa realidade evidencia a necessidade de superação do modelo fragmentado em direção a uma estrutura mais integrada e orientada por resultados.

4.2 Predominância do Modelo Repressivo e Limitações da Atuação Policial

A atuação das forças de segurança no Brasil historicamente se desenvolveu sob uma lógica predominantemente repressiva, centrada no enfrentamento direto ao crime após sua ocorrência. Esse modelo, embora necessário em determinadas situações, revela-se insuficiente diante da complexidade dos fenômenos criminais contemporâneos, que exigem abordagens preventivas e baseadas em inteligência.

A ênfase na repressão contribui para a manutenção de um ciclo contínuo de violência, no qual o Estado atua de forma reativa, sem atacar as causas estruturais da criminalidade. Além disso, a priorização de operações ostensivas em detrimento de estratégias de prevenção e investigação compromete a eficiência do sistema como um todo.

Soares (2006) destaca que o modelo policial brasileiro ainda está

fortemente ancorado em práticas tradicionais que não dialogam com as demandas contemporâneas da segurança pública, sendo necessária uma reformulação que incorpore novas metodologias, tecnologias e formas de interação com a sociedade.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação e valorização dos profissionais de segurança pública. A ausência de investimentos contínuos em capacitação, aliada às condições precárias de trabalho e à exposição constante a situações de risco, impacta diretamente na qualidade da atuação policial e na construção de uma cultura institucional orientada pela eficiência e pelo respeito aos direitos humanos.

4.3 Sistema de Justiça Criminal e a Percepção de Impunidade

A eficácia da segurança pública está diretamente relacionada ao funcionamento do sistema de justiça criminal, responsável pela investigação, julgamento e punição das infrações penais. No entanto, o Brasil enfrenta desafios significativos nesse campo, especialmente no que se refere à morosidade processual, à baixa taxa de elucidação de crimes e à sensação generalizada de impunidade.

A dificuldade em concluir investigações e responsabilizar autores de crimes contribui para a descrença da população nas instituições e

reforça a percepção de que o crime não é adequadamente punido. Esse cenário cria um ambiente propício para a continuidade das práticas ilícitas, uma vez que os riscos associados à atividade criminosa se tornam relativamente baixos.

De acordo com Saporì (2012), a baixa capacidade investigativa do Estado brasileiro constitui um dos principais fatores que comprometem a efetividade da segurança pública, sendo essencial o fortalecimento das instituições responsáveis pela apuração de crimes e pela produção de provas.

Além disso, a sobrecarga do sistema judiciário e a complexidade dos procedimentos legais dificultam a tramitação célere dos processos, contribuindo para a lentidão na aplicação da justiça. Essa realidade evidencia a necessidade de reformas estruturais que tornem o sistema mais ágil, eficiente e acessível.

4.4 Crise do Sistema Penitenciário e Reproduções da Violência

O sistema penitenciário brasileiro representa um dos pontos mais críticos da segurança pública nacional. Longe de cumprir sua função de ressocialização, as prisões transformaram-se em ambientes de reprodução e fortalecimento da criminalidade, contribuindo para a

ampliação do poder das organizações criminosas.

A superlotação carcerária, associada às condições precárias de infraestrutura, compromete a dignidade dos indivíduos privados de liberdade e dificulta a implementação de políticas efetivas de reintegração social. Nesse contexto, o encarceramento em massa não tem se mostrado uma solução eficaz para a redução da criminalidade, mas sim um fator que intensifica o problema.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, o que evidencia a adoção de uma política criminal fortemente baseada na privação de liberdade. No entanto, a ausência de programas estruturados de educação, capacitação profissional e acompanhamento pós-penal contribui para elevados índices de reincidência.

Misse (2011) argumenta que o sistema prisional brasileiro atua como um espaço de articulação do crime organizado, onde lideranças criminosas estabelecem estratégias e ampliam suas redes de atuação. Essa realidade demonstra que a crise penitenciária está diretamente relacionada à expansão da criminalidade e à fragilidade do controle estatal.

O sistema penitenciário brasileiro apresenta falhas estruturais graves, deixando de cumprir sua função ressocializadora.

Segundo Julita Lemgruber: “O sistema penitenciário brasileiro não ressocializa, mas reproduz e aprofunda a exclusão social” (Lemgruber, 2001, p. 45).

4.5 Desigualdade Regional e Falta de Padronização das Políticas Públicas

A segurança pública no Brasil também é marcada por profundas desigualdades regionais, que refletem as disparidades socioeconômicas existentes entre os estados. Enquanto algumas unidades federativas dispõem de maior capacidade de investimento em tecnologia, infraestrutura e recursos humanos, outras enfrentam limitações significativas que comprometem a eficácia das ações de segurança.

Essa desigualdade resulta na ausência de padronização das políticas públicas, dificultando a implementação de estratégias nacionais consistentes. A falta de uniformidade nos procedimentos, na formação dos profissionais e na utilização de tecnologias contribui para a fragmentação do sistema e para a ineficiência das ações.

Além disso, a descontinuidade administrativa representa um

desafio relevante. Mudanças de governo frequentemente implicam alterações nas diretrizes de segurança pública, interrompendo programas e inviabilizando a consolidação de políticas de longo prazo. Essa instabilidade compromete a construção de uma política de Estado sólida e sustentável.

4.6 Desafios Contemporâneos: Tecnologia, Crime Digital e Novas Dinâmicas Criminais

A evolução tecnológica trouxe novos desafios para a segurança pública, especialmente no que diz respeito ao crescimento do crime digital. Fraudes eletrônicas, crimes cibernéticos, ataques a sistemas e disseminação de informações ilícitas representam novas formas de criminalidade que exigem respostas especializadas e investimentos em tecnologia.

As organizações criminosas têm se adaptado rapidamente a esse novo cenário, utilizando ferramentas digitais para expandir suas atividades e dificultar a ação das autoridades. Essa transformação exige a modernização das instituições de segurança pública, com a incorporação de tecnologias avançadas e a capacitação de profissionais para lidar com essas novas demandas.

Conforme destaca Szabó (2018), a segurança pública contemporânea deve ser baseada em evidências e orientada por dados, utilizando inteligência e tecnologia como ferramentas fundamentais para a prevenção e o combate ao crime. Essa abordagem representa uma mudança de paradigma em relação ao modelo tradicional, permitindo uma atuação mais eficiente e estratégica.

CAPÍTULO 05

SOLUÇÕES E CAMINHOS PARA O FUTURO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

SOLUÇÕES E CAMINHOS PARA O FUTURO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

5.1 A Transição para um Modelo de Segurança Pública Integrado

A superação da crise da segurança pública no Brasil exige, antes de qualquer medida isolada, uma transformação estrutural do modelo vigente. O paradigma tradicional, baseado na fragmentação institucional e na predominância de ações repressivas, demonstra sinais claros de esgotamento frente às novas dinâmicas da criminalidade. Nesse contexto, a construção de um modelo integrado de segurança pública apresenta-se como uma das principais alternativas para o fortalecimento da capacidade estatal.

A integração entre os diferentes órgãos de segurança pública deve ser compreendida não apenas como uma cooperação pontual, mas como a construção de um sistema articulado, baseado no compartilhamento de informações, na padronização de procedimentos e na definição de estratégias conjuntas. Essa abordagem permite a otimização de recursos, a redução de redundâncias operacionais e o aumento da eficiência das ações.

De acordo com Costa (2023), a governança em segurança pública

deve ser orientada por mecanismos de coordenação interinstitucional capazes de alinhar objetivos, integrar bases de dados e promover a atuação conjunta entre as diferentes esferas de governo. A consolidação desse modelo depende, portanto, de investimentos em tecnologia, desenvolvimento de sistemas de inteligência e, sobretudo, de mudanças culturais que incentivem a cooperação entre as instituições.

5.2 Segurança Pública Baseada em Evidências e Uso de Inteligência

A adoção de políticas públicas baseadas em evidências representa uma mudança fundamental na forma de enfrentar a criminalidade. Em vez de decisões pautadas exclusivamente em percepções ou pressões políticas, a segurança pública deve ser orientada por dados, análises estatísticas e estudos científicos que permitam identificar padrões, prever comportamentos e avaliar a eficácia das intervenções.

O uso da inteligência na segurança pública possibilita a antecipação de cenários e a atuação preventiva, reduzindo a dependência de ações reativas. Sistemas de monitoramento, análise de dados e georreferenciamento permitem identificar áreas de maior incidência criminal, perfis de risco e tendências emergentes, subsidiando a tomada de decisões estratégicas.

Szabó (2018) destaca que a segurança pública baseada em evidências permite a construção de políticas mais eficazes e sustentáveis, ao direcionar recursos para ações que comprovadamente produzem resultados positivos. Essa abordagem também contribui para a transparência e a contabilização, uma vez que possibilita a avaliação contínua das políticas implementadas.

5.3 Fortalecimento da Prevenção e Políticas Públicas Intersetoriais

A prevenção da criminalidade deve ocupar posição central nas políticas de segurança pública. Diferentemente do modelo tradicional, que prioriza o enfrentamento do crime após sua ocorrência, a abordagem preventiva busca atuar sobre os fatores que contribuem para a violência, reduzindo sua incidência de forma estrutural.

Nesse sentido, a segurança pública deve ser compreendida como uma política transversal, que envolve diferentes áreas do Estado, como educação, saúde, assistência social, urbanismo e trabalho. A integração dessas políticas permite a construção de estratégias mais abrangentes, capazes de atuar sobre as causas da criminalidade e promover inclusão social.

Soares (2006) enfatiza que a prevenção da violência depende de

investimentos contínuos em educação de qualidade, oportunidades de emprego e fortalecimento dos vínculos comunitários. Programas voltados para jovens em situação de vulnerabilidade, por exemplo, têm demonstrado impacto significativo na redução da criminalidade, ao oferecer alternativas ao envolvimento com atividades ilícitas.

Além disso, políticas urbanas que promovam a ocupação qualificada dos espaços públicos, a melhoria da infraestrutura e o fortalecimento da convivência social contribuem para a redução da violência, ao aumentar a presença do Estado e estimular o controle social informal.

5.4 Reforma do Sistema Policial e Valorização dos Profissionais de Segurança

A modernização das instituições policiais é um elemento essencial para a construção de um sistema de segurança pública mais eficiente. Isso envolve não apenas a atualização de equipamentos e tecnologias, mas também a revisão dos modelos de formação, atuação e gestão das forças de segurança.

A valorização dos profissionais de segurança pública deve ser entendida como uma política estratégica, que inclui melhores condições

de trabalho, remuneração adequada, capacitação contínua e suporte psicológico. A qualidade da atuação policial está diretamente relacionada à preparação e ao bem-estar dos agentes, sendo fundamental a construção de uma cultura institucional baseada na ética, na eficiência e no respeito aos direitos humanos.

Soares (2015) argumenta que a reforma das polícias no Brasil deve contemplar a integração entre as funções ostensiva e investigativa, além da adoção de práticas mais modernas e alinhadas com as demandas da sociedade contemporânea. A construção de uma polícia mais próxima da comunidade, orientada pela confiança e pela cooperação, constitui um dos pilares desse processo de transformação.

5.5 Reestruturação do Sistema Penitenciário e Redução da Reincidência

A crise do sistema penitenciário brasileiro exige medidas urgentes e estruturais. A superação do modelo atual passa pela implementação de políticas que priorizem a ressocialização e a reintegração social dos indivíduos privados de liberdade, reduzindo os índices de reincidência e enfraquecendo o ciclo da criminalidade.

Programas de educação, capacitação profissional e

acompanhamento pós-penal são fundamentais para oferecer alternativas reais aos egressos do sistema prisional. A ausência dessas políticas contribui para o retorno ao crime, reforçando a ineficiência do modelo baseado exclusivamente no encarceramento.

Misse (2011) destaca que o sistema prisional brasileiro, ao invés de reduzir a criminalidade, tem contribuído para sua ampliação, ao funcionar como espaço de articulação do crime organizado. Nesse sentido, a reestruturação do sistema deve incluir medidas que impeçam o controle das unidades prisionais por facções e garantam a presença efetiva do Estado.

5.6 Tecnologia, Inovação e os Novos Desafios da Segurança Pública

A incorporação de tecnologia e inovação é indispensável para enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública. O avanço do crime digital, a utilização de ferramentas tecnológicas por organizações criminosas e a complexidade das redes ilícitas exigem respostas igualmente sofisticadas por parte do Estado.

Investimentos em inteligência artificial, análise de dados, monitoramento eletrônico e sistemas integrados de informação permitem uma atuação mais precisa e eficiente. Além disso, a capacitação dos

profissionais para lidar com essas tecnologias é fundamental para garantir sua efetividade.

A modernização tecnológica também contribui para a transparência das ações de segurança pública, permitindo maior controle social e fortalecimento da confiança da população nas instituições.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo desta obra permite compreender que a segurança pública no Brasil não pode ser reduzida a um problema conjuntural ou a uma questão exclusivamente operacional. Trata-se, na realidade, de um fenômeno estrutural, cuja complexidade exige uma abordagem multidimensional, capaz de integrar aspectos sociais, econômicos, institucionais e culturais. A persistência dos elevados índices de violência, aliada à sensação generalizada de insegurança, revela não apenas a fragilidade das respostas estatais, mas também a insuficiência dos modelos tradicionais adotados ao longo das últimas décadas.

A crise da segurança pública brasileira é, antes de tudo, uma crise de modelo. O paradigma vigente, fortemente baseado na repressão e na resposta imediata ao crime, demonstra claros sinais de esgotamento diante das transformações ocorridas na dinâmica da criminalidade. O crescimento do crime organizado, a diversificação das atividades ilícitas e a incorporação de tecnologias por grupos criminosos evidenciam que o enfrentamento da violência exige estratégias mais sofisticadas, integradas e orientadas por inteligência.

Nesse contexto, a fragmentação institucional emerge como um dos principais obstáculos à efetividade do sistema. A existência de múltiplos órgãos com competências distintas, operando de forma descentralizada e, muitas vezes, desarticulada, compromete a construção de políticas públicas consistentes e coordenadas. A ausência de integração entre as forças de segurança, aliada à deficiência no compartilhamento de informações, reduz significativamente a capacidade do Estado de antecipar, prevenir e combater o crime de maneira eficiente.

Paralelamente, a crise do sistema de justiça criminal reforça a percepção de ineficácia institucional. A morosidade processual, a baixa taxa de elucidação de crimes e a sensação de impunidade contribuem para o enfraquecimento da confiança social nas instituições. Esse cenário não apenas deslegitima a atuação estatal, mas também cria condições favoráveis à continuidade das práticas criminosas, na medida em que reduz os riscos percebidos pelos agentes envolvidos em atividades ilícitas.

O sistema penitenciário, por sua vez, representa um dos pontos mais críticos dessa engrenagem. Ao invés de cumprir sua função de

ressocialização, as prisões brasileiras têm operado como espaços de reprodução e fortalecimento da criminalidade. A superlotação, as condições degradantes e a ausência de políticas efetivas de reintegração social contribuem para a consolidação de organizações criminosas, ampliando sua capacidade de atuação e influência. Nesse sentido, o encarceramento em massa, adotado como principal estratégia de combate ao crime, revela-se não apenas ineficiente, mas, em muitos casos, contraproducente.

No entanto, limitar a análise da segurança pública à dimensão institucional seria ignorar um dos seus aspectos mais relevantes: suas raízes sociais. A criminalidade no Brasil está profundamente associada à desigualdade social, à exclusão e à ausência de oportunidades. Regiões marcadas pela precariedade de serviços públicos, pela fragilidade das políticas educacionais e pela escassez de oportunidades de trabalho tornam-se ambientes propícios ao desenvolvimento de práticas ilícitas. Nesse contexto, o crime não surge apenas como desvio, mas como consequência de um sistema que falha em garantir condições mínimas de dignidade a todos os cidadãos.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a superação da crise

da segurança pública no Brasil exige mais do que reformas pontuais ou medidas emergenciais. É necessário promover uma transformação estrutural, capaz de redefinir o papel do Estado, reorganizar as instituições e integrar políticas públicas de diferentes áreas. A construção de um modelo eficaz de segurança pública passa, necessariamente, pela articulação entre prevenção, repressão qualificada e inclusão social.

A adoção de políticas baseadas em evidências representa um avanço fundamental nesse processo. A utilização de dados, análises estatísticas e ferramentas de inteligência permite não apenas compreender melhor os fenômenos criminais, mas também direcionar recursos de forma mais eficiente, priorizando ações que apresentem resultados comprovados. Essa abordagem contribui para a racionalização das políticas públicas e para o fortalecimento da transparência e da responsabilidade.

Outro elemento central diz respeito à necessidade de fortalecimento institucional. A valorização dos profissionais de segurança pública, a modernização das estruturas organizacionais e o investimento contínuo em capacitação são medidas indispensáveis para a construção de um sistema mais eficiente e alinhado às demandas

contemporâneas. Da mesma forma, a integração entre as diferentes forças de segurança e a criação de mecanismos eficazes de cooperação interinstitucional constituem condições essenciais para o enfrentamento de organizações criminosas cada vez mais complexas.

No campo da prevenção, destaca-se a importância de políticas públicas intersetoriais, capazes de atuar sobre os fatores que contribuem para a criminalidade. Investimentos em educação de qualidade, programas de inclusão social, desenvolvimento urbano e geração de emprego e renda são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade social e oferecer alternativas ao envolvimento com atividades ilícitas. A segurança pública, nesse sentido, deve ser compreendida como uma política transversal, que envolve diferentes áreas do Estado e exige a participação ativa da sociedade.

Além disso, a incorporação de tecnologias e inovação representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. O avanço do crime digital e a utilização de ferramentas tecnológicas por organizações criminosas exigem respostas igualmente sofisticadas por parte do Estado. Investimentos em inteligência artificial, análise de dados e sistemas integrados de informação podem contribuir significativamente para a

modernização da segurança pública, ampliando sua capacidade de atuação e eficiência.

Contudo, é fundamental reconhecer que nenhuma dessas medidas produzirá resultados efetivos se não estiver acompanhada de uma mudança de paradigma. A segurança pública no Brasil precisa deixar de ser tratada como uma política de governo, sujeita a discontinuidades e interesses circunstanciais, para se consolidar como uma política de Estado, orientada por planejamento de longo prazo, estabilidade institucional e compromisso com resultados sustentáveis.

A construção de um novo modelo de segurança pública exige, portanto, coragem política, responsabilidade institucional e engajamento social. Trata-se de um processo complexo, que demanda tempo, investimento e, sobretudo, a capacidade de romper com práticas e concepções que já não respondem às necessidades da sociedade contemporânea.

Por fim, é necessário compreender que a segurança pública não se resume à ausência de crime, mas à garantia de condições para o exercício pleno da cidadania. Uma sociedade verdadeiramente segura é aquela em que os indivíduos podem viver com dignidade, liberdade e

igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a segurança pública deve ser entendida como um elemento essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Enquanto o Brasil continuar tratando a segurança pública apenas como um problema de polícia, estará condenado a enfrentar os mesmos desafios de forma recorrente. Somente a partir de uma abordagem integrada, preventiva e orientada por justiça social será possível romper o ciclo da violência e construir um futuro mais seguro e equilibrado para todos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Crime, justiça penal e desigualdade jurídica**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**. Brasília: MJSP, 2018.
- CANO, Ignacio. **Violência urbana no Brasil: tendências e perspectivas**. Rio de Janeiro: ISER, 2006.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Segurança pública, redes e governança**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- LEMGRUBER, Julita. **Quem vigia os vigias?** Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- MISSE, Michel. **Mercados ilegais, redes e cidadania**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (Org.). **Segurança pública: conceitos, temas e políticas**. Campina Grande: EDUFCG, 2017.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SALINEIRO, André. **Políticas públicas em segurança pública e defesa social**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Violência e segurança pública: diagnóstico e propostas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança pública para virar o jogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. **Broken windows: the police and neighborhood safety**. *The Atlantic Monthly*, Boston, v. 249, n. 3, p. 29–38, 1982.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adorno, Sérgio, 22

Ações ostensivas, 28

Áreas periféricas, 23, 24

B

Banalização do crime, 39

Bombeiros Militares, 30

C

Cano, Ignacio, 23, 39

Causas da criminalidade, 39

Constituição Federal de 1988, 22,
30

Controle territorial, 26, 27

Costa, Arthur Trindade

Maranhão, 30, 31

Crime organizado, 26, 27, 42

Criminalidade, 22, 23, 39, 42

Crise sistêmica, 29

D

Desigualdade regional, 31, 32

Desigualdade social, 22, 39, 40

Direitos fundamentais, 22, 30

E

Educação, 41

Evasão escolar, 41

Exclusão social, 22, 39, 40

Expansão urbana, 23

F

Facções criminosas, 26

Ficha catalográfica, 2

Fórum Brasileiro de Segurança

Pública, 24, 32

Fragmentação institucional, 31

G

Gestão da segurança pública, 31

Guardas Municipais, 30, 31

H

Homicídios, 24

I

Inclusão social, 39, 40

Índices de criminalidade, 24

Insegurança, 25, 26

Integração institucional, 28, 31

Inteligência estratégica, 28, 29

L

Lavagem de dinheiro, 27, 42

M

Misse, Michel, 27, 42

Modelo repressivo, 23, 28, 30

Modernização tecnológica, 33

O

Organização institucional, 30

P

Planejamento estratégico, 31

Polícia Civil, 30

Polícia Federal, 30

Polícia Militar, 30

Polícia Rodoviária Federal, 30

Políticas públicas, 29, 31

Prevenção, 23, 29, 41

R

Recursos públicos, 32

Referências bibliográficas, 71

Ressocialização, 26

S

Sapori, Luís Flávio, 24, 30, 40

Segregação urbana, 25, 40

Segurança privada, 25

Segurança pública, 22, 30

Sistema de justiça, 22

Sistema penitenciário, 26

Soares, Luiz Eduardo, 25, 28, 31,

41

Sumário, 22

Szabó, Ilona, 32, 33

T

Tecnologia, 29, 33

Tráfico de drogas, 27, 42

U

União, 30

Urbanização, 23, 39

V

Violência urbana, 23, 40

Vulnerabilidade social, 24, 40

W

Wacquant, Loïc, 39

SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CRISE, SISTEMA E SOLUÇÕES

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: CRISE, SISTEMA E SOLUÇÕES

